

AS LUTAS DE LIBERTAÇÃO NACIONAL, O PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA DA GUINÉ-BISSAU E A FORMAÇÃO DO ESTADO NACIONAL¹

Ailton Gomes²

RESUMO

O artigo tem como objetivo analisar a dinâmica das lutas de libertação nacional em países africanos, com destaque para o processo inicial de formação do Estado nacional na Guiné-Bissau após a dominação colonial. Utilizando exemplos históricos de diversas regiões africanas, o texto explora relatos sobre os tipos de domínio colonial, os conflitos desse período e suas implicações nas administrações atuais. Com base nisso, levantamos algumas questões específicas para orientar a discussão analítica e descritiva oferecida a partir da bibliografia de cunho histórico, focando no papel no Partido Africano para a Independência de Guiné e Cabo-Verde (PAIGC), na formação do Estado nacional na Guiné-Bissau, o papel dos partidos de libertação nacional na independência e estruturação de Estados africanos, as causas e condicionantes políticos dos conflitos internos no PAIGC, e como esses conflitos levaram à perda do monopólio político e ao surgimento do MADEM-15. O trabalho sugere uma análise mais aprofundada sobre essas questões para compreender a complexidade da formação dos Estados nacionais pós-coloniais na África.

Palavras-chave: Guiné-Bissau - história - movimentos de autonomia e independência; Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde.

ABSTRACT

The article aims to analyze the dynamics of national liberation struggles in African countries, with a focus on the initial process of forming the national state in Guinea-Bissau after colonial domination. Using historical examples from various African regions, the text explores accounts of the types of colonial rule, conflicts during that period, and their implications on current administrations. Based on this, specific questions are raised to guide the analytical and descriptive discussion provided through factual and historical bibliographic research. The focus is on the role of the PAIGC in the formation of the national state in Guinea-Bissau, the role of national liberation parties in the independence and structuring of African states, the political causes and conditions of internal conflicts in the PAIGC, and how these conflicts led to the loss of political monopoly and the emergence of MADEM-15. The work suggests a more in-depth analysis of these issues to understand the complexity of post-colonial national state formation in Africa.

Keywords: African Party for the Independence of Guinea and Cape Verde; Guinea-Bissau - history - autonomy and independence movements.

¹ Trabalho de conclusão de curso, apresentado ao curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Campus dos Malês, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Clárisse Goulart Paradis.

² Bacharel em Humanidades e graduando em Ciências Sociais pela UNILAB.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo busca analisar a dinâmica geral das lutas de libertação nacional ocorridas em alguns países africanos, por exemplo, Egito, Sudão, Somália, entre outros países africanos, de modo a construir uma perspectiva comprada sobre como foi o processo inicial de formação do Estado nacional na Guiné-Bissau após o processo de dominação colonial. Trazemos alguns exemplos históricos de regiões da África, onde os Estados nacionais emergiram da dominação colonial, por meios de partidos de libertação nacional, e de modo particular a Guiné-Bissau. Tratamos desses países a partir de diferentes relatos históricos sobre o tema, que tiveram como foco os tipos de domínio colonial no contexto de conflitos que marcaram os anos da dominação e os seus reflexos nas administrações atuais. Além disso, também procuraremos trazer para o centro de debate as iniciativas e formas de resistências dos povos autóctones desde os tempos primordiais da ocupação, além do papel dos partidos políticos e/ou grupos de libertação nacional na formação dos Estados nacionais que surgiram após domínio do colonialismo, com o foco, principalmente, no caso guineense.

Na verdade, a formação dos modernos Estado-nação teve o seu início na Europa, tendo como base um tipo de identidade territorial e nacional muito diferente daquilo que os países colonizados da América Latina e África experimentaram. Corroborando esta observação, Oloruntimehin (1980, p. 657) afirma que:

Na Europa, o nacionalismo representou, para as comunidades que aceitavam a realidade de identidades culturais e de um passado histórico comuns, a aspiração a uma existência soberana dentro de organizações políticas (Estados) próprias. A luta tinha como objetivo garantir a coincidência entre a nação cultural e a organização de sua vida política como Estado. Conforme demonstram os exemplos grego, italiano e alemão, o resultado definitivo dos movimentos nacionalistas foi a criação de Estados Nacionais. Na África, as aspirações dos Estados e dos grupos que, até a eclosão da Primeira Guerra Mundial, combateram contra as potências imperialistas europeias e se esforçaram para impedir o estabelecimento do sistema colonial, eram essencialmente as mesmas que animavam os movimentos nacionalistas europeus. No entanto, um dos efeitos da guerra foi consolidar as posições das potências imperialistas frente aos defensores da independência e da soberania africanas.

De igual modo, Anderson (2008), reconhece que a origem de surgimento de nação na Europa é marcada por dois fatores: religião e reinos dinásticos. Assim, as formas políticas desses dois fenômenos e a busca de autonomia das nações, despertaram os sentimentos para a ideia de formação dos estados nacionais. Enquanto nos países africanos, asiáticos e latinos americanos, a origem de surgimento das nações foi a invasão e dominação europeia. O autor ainda salienta que, quando se fala de nações, devemos buscar entender que o “nacionalismo não

é o despertar das nações para a autoconsciência: ele inventa nações onde elas não existem” (Anderson, 2008, p. 32). Sendo assim, é possível afirmarmos que a ideia de nacionalismos parte de um contexto da luta pela liberdade; em outras palavras, pode-se afirmar que a questão da dominação induz à formação de uma nova identidade. Neste sentido, “a garantia e o emblema dessa liberdade é o Estado soberano” (Anderson, 2008, p. 34).

Portanto, partindo do que afirmamos, nos interessa saber de que modo os padrões do colonialismo forjam essas novas identidades e novas formas políticas e organizacionais nos países em que os Estados nacionais emergiram da dominação colonial em busca da liberdade e da soberania. Nesse contexto mais geral, cabem aqui algumas questões básicas que orientarão a discussão teórica subsequente e a posterior investigação empírica sobre o objeto do trabalho, a saber:

- Qual o papel exercido pelo PAIGC na formação do Estado nacional da Guiné-Bissau após a independência e no processo de transição do modelo de partido único para o novo sistema partidário?
- Em termos gerais, qual o papel dos partidos de libertação nacional no processo de independência nacional e estruturação de alguns Estados nacionais na África?
- Quais as causas e condicionantes políticos incidiram sobre a dinâmica de conflitos internos que se instaurou no PAIGC?
 - Como esses conflitos conduziram à perda do monopólio político da representação por parte do então partido único e ao surgimento do MADEM-15?

2 AS LUTAS CONTRA O COLONIALISMO NO NORTE, NORDESTE DA ÁFRICA E NA ÁFRICA ORIENTAL

As questões levantadas acima serão discutidas a partir de alguns estudos de teóricos africanos sobre os conflitos coloniais e os processos de libertação nacional, processos marcados “pela defesa de revoluções nacionalistas, antirracistas e socialistas como alternativas ao colonialismo e ao imperialismo europeu-estadunidense” (Godoy, 2021, p. 389). E se a “garantia e o emblema dessa liberdade é o Estado soberano”, não seria um absurdo afirmar que “a luta do inferiorizado situa-se a um nível nitidamente mais humano. As perspectivas são radicalmente novas. É a oposição doravante clássica entre as lutas de conquistas e as de libertação” (Fanon, 1980, p. 51).

Neste contexto, para os nacionalistas africanos "a situação colonial representava para todos um quadro novo, onde havia que forjar identidades novas que os sustentam na luta contra as atrocidades da dominação estrangeira" (Oloruntimehin, 2010, p. 658). A partir desse ponto de vista, é concebível afirmar que o processo de formação dos Estados nacionais africanos emerge a partir da invasão dos colonizadores na África. A resposta a essa invasão envolveu um processo de resistência e confrontos, ora militar, ora por meio de negociações com as primeiras lideranças tradicionais e que, mais tarde, inspiraram os líderes de diferentes partidos políticos e grupos de libertação nacional, no nordeste e norte da África, no Saara, na África Ocidental, oriental e Central e na África meridional.

Partindo do que descrevemos acima, é possível afirmar que praticamente em todas essas regiões da África sob a opressiva ocupação colonial, emergiram iniciativas e resistências baseadas em identidades religiosas e culturais, orientadas pelo objetivo de independência nacional. Para estes países chegarem à independência, tiveram que desenvolver um processo de luta armada e esse processo aconteceu em boa parte do continente, senão em toda a região onde o colonialismo atingiu, em especial na Guiné-Bissau. Com isso, é possível afirmar que foi por meio de lutas revolucionárias que os países que se encontravam sob domínio colonial conseguiram se libertar do domínio europeu e combater os invasores europeus. É necessário salientar que, foi nesse contexto de luta armada que o continente inteiro conseguiu afirmar as suas identidades políticas soberanas e, posteriormente, ser reconhecidos como Estados-Nação com território delimitado, governo e leis próprias (Linhares, 2000)

É importante salientar um fato que não é muito explorado pela literatura, que se refere à singularidade do processo de luta pela libertação dos povos do continente africano. Essa singularidade caracteriza-se pela distinção de duas fases na luta pela libertação das nações. A primeira fase envolveu a resistência das lideranças nativas, que já tinham as iniciativas e resistências de enfrentamento aos invasores, em defesa da liberdade das suas terras e dos seus povos desde o século XVIII. A segunda é a que ocorreu nos anos 50 e 60, conhecidos como movimentos de descolonização. Portanto, apesar do nosso foco ser principalmente a segunda fase, é importante contextualizar o marco histórico da primeira fase, pois acreditamos que foram os exemplos dessas lideranças tradicionais que inspiraram os revolucionários que depois surgiram nos anos 50 e 60.

Segundo o estudioso da história geral da África, Ibrahim (2010), no nordeste da África o processo da resistência desencadeada contra os invasores ingleses foi determinado desde os tempos iniciais da invasão e continuou nos modernos Estados, nomeadamente no Egito, Sudão e na Somália. Inicia-se com a luta armada e continua com outras lutas correlacionadas, com o

objetivo de defender a religião, a cultura e a liberdade e construir a soberania nacional. “As reações começaram em 1881 com o levante militar no Egito e continuaram em algumas partes da região até os anos de 1920” (Ibrahim, 2010, p.73). Essa ampliação das formas de luta se expressa na perspectiva de Fanon (1980), para quem “[...] o compromisso revolucionário se revela cada vez mais total e os colaboradores têm consciência do gigantesco despertar de um povo em arma” (Fanon, 1980, p. 64).

No Egito, a má gestão do Quediva Ismail entre 1863 e 1879, assim como os empréstimos contraídos na Europa, levaram o país a uma falência na qual o povo foi obrigado a pagar por tais dívidas, colocando a Administração do país em uma situação de total subserviência às potências europeias, como aconteceu com Quediva Tawfik após Quediva Ismail. Convém destacar que, os quedivas eram os vice-reis do Egito sob o domínio do Império Otomano. Eles eram escolhidos pela dinastia de Maomé Ali, que governou o Egito de forma autônoma desde 1805 até 1914. Os quedivas tinham o poder de nomear e demitir os primeiros-ministros e os ministros, mas tinham que respeitar a constituição e o parlamento. A situação acima mencionado “[...]provocou descontentamento e firme oposição a Quediva Tawfik (1879 -1892) e seu governo corrupto (Ibrahim, 2010, p.73). Nesse sentido, é certo dizer que dois aspectos marcaram o processo político nesse período: primeiro, a dependência dos governantes locais egípcias às potências europeias; e em segundo, a corrupção do governo de Quediva, fato que suscitou aquilo que é conhecido como a “revolução urabista” no século XIX, que é um movimento de resistência liderado pelo Coronel Ahmad Urabi. Além disso, o amadurecimento de ideias modernizantes e nacionalistas também foi uma das bases políticas das lutas de resistência no século XIX (Ibrahim, 2010). Nesse sentido, houve inclusive um conflito entre os defensores das ideias emancipatórias e os que eram favoráveis ao conservadorismo social e político envolvendo o colonialismo.

Com efeito, é possível dizer que o amadurecimento das ideias nacionalistas e liberais³ guiou os revolucionários quase em toda região Africana desde os tempos primórdios da invasão imperialista até nos séculos XIX e XX, ou seja, é o fator responsável pelas rupturas e emergências dos movimentos nacionalistas constitucionais, não só no Egito. Mas no caso específico do Egito tais ideias liberais serviram de guia, “[...]em grande parte, pelo movimento constitucional que irrompeu no país nos anos de 1860, sobretudo entre os egípcios de educação ocidental, que se opunham à dominação estrangeira e ao despotismo do quediva” (Ibrahim, 2010, p. 74), que associava com os europeus.

³ O liberalismo que estamos a referir aqui não é no sentido de liberalismo das economistas liberais ocidentais, mas de um conjunto de valores que associa emancipação nacional com objetivos de modernização das relações sociais.

Situação semelhante aconteceu na Argélia e nos demais territórios africanos invadidos pelos franceses, por exemplo, nos meados de 1958 “[...]em todos os territórios africanos ocupados pela França, a vontade nacional desponta à luz do dia e partidos cada vez mais numerosos e cada vez mais decididos levantam o problema da luta armada” (Fanon, 1980, P. 178), com o intuito de modernizar as relações sociais associada a emancipação nacional.

Voltando à experiência do Egito, os nacionalistas constitucionais egípcios deflagraram uma luta em 1881 contra o colonialismo europeu, mas se defrontaram com a resistência do governo adesista e corrupto de Quediva Tawfik. O que estava em questão era a modernização constitucional, os constitucionalistas de um lado, queriam uma constituição liberal e um governo parlamentar, e do outro lado, o governo corrupto de Quediva Tawfik conspirava contra os constitucionalistas em segredo com os colonizadores para esmagar a revolução dos nacionalistas constitucionais

Contudo, a aliança de governo de Quediva Tawfik com os invasores ingleses no primeiro momento não conseguiu frear as ações dos nacionalistas. Nesse período de aliança colonial do governo de Quediva Tawfik com os ingleses, o Coronel Ahmad Urabi (1839 -1911), conseguiu formar o al-Hizb al-Watani, o Partido Nacionalista, que viria mais tarde a conduzir o Egito na luta para a conquista da independência do seu povo. Por meio de ações revolucionárias deste partido, o então dirigente despótico Tawfik foi obrigado a formar a primeira assembleia popular em 7 de fevereiro do ano 1882. É importante salientar que a constituição promulgada de 7 de fevereiro de 1882 no Egito foi a primeira constituição do país e foi resultado de uma revolta popular contra o domínio britânico.

Frente a esse tipo de reação que era típica no colonialismo, autores como Godoy apontam que “a dominação colonial possui um instinto genocida que sempre se materializa em massacres, ataques violentos e humilhações quando se apresentam riscos à sua continuidade” (Godoy, 2021, p. 392).

2.1 ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA: O COMBATE AO COLONIALISMO NAS REGIÕES NORTE, NORDESTE DA ÁFRICA E ÁFRICA ORIENTAL

Se a oposição clássica entre as lutas coloniais de conquistas e as de libertação nacional dos países colonizados são marcos para formação das nações colonizadas em busca de um Estado, as divisões sociais e políticas internas e as contradições desses países - com a existência de elites comprometidas com os colonizadores, grupos nacionalistas conservadores que também lutavam pela manutenção do status quo social e grupos nacionalistas e

reformadores radicais de base popular – levaram a transmutações de alinhamentos políticos e ideológicos clássicos, e ao surgimento muito recente de novas percepções acerca dos múltiplos sentidos dos nacionalismos vigentes nos países fora dos países liberais democráticos da Europa e América do Norte. Como afirmam Curto, Jerónimo e Domingos (2012):

A partir daí, tornou-se difícil continuar associando a nação a projetos emancipatórios. Pouco importava que sentimentos nacionais tivessem existido e contribuído, de forma decisiva, para o desencadear de movimentos políticos tais como as revoltas e as revoluções de meados do século XVII, as lutas das elites crioulas contra o colonialismo espanhol no século XVIII, ou a unificação italiana ou alemã dos Oitocentos. O certo é que a violência das manifestações nacionalistas, da ex-Iugoslávia à ex-União Soviética, acompanhadas de reações xenófobas e racistas, protagonizadas por movimentos de extrema-direita, que se desencadearam por toda a Europa e nos Estados Unidos em face dos grupos de imigrantes, contribuiu – mais uma vez – para conotar o nacionalismo com as forças do tradicionalismo e do conservadorismo, capazes de agir em nome da segurança e, claro está, da violência” (Curto; Jerónimo; Domingos, 2012, p. 38).

Com efeito, é observável que a garantia e o emblema da liberdade para uma nação formar um Estado soberano é um processo de disputa. A busca dessa garantia desencadeou o processo de luta contra os opressores ingleses no Sudão na década de 1880. Os sudaneses lutaram contra a aristocracia estrangeira turco-egípcia para sua liberdade, assim como aconteceu com o Egito, como detalhadamente relatamos. Embora alguns historiadores acreditem que a revolução mahdista no Sudão era de certa forma religiosa, é possível observar que a causa da revolução não era apenas a religião, mas também outros fatores, como, por exemplo, a má administração turco-egípcia e a corrupção, que provocaram a insatisfação dos sudaneses do modo geral (Ibrahim, 2010).

O movimento mahdista aos poucos conquistou espaço através de lutas e provocou o colapso da administração turco-egípcia em algumas regiões no oeste do Sudão. Sendo assim, os mahdistas passaram a administrar as províncias conquistadas, a exemplos de Kordofan, Darfur e Bahr al-Ghazal. E após várias batalhas os mahdistas finalmente conseguiram, com a morte do general Charles Gordon no dia 26 de janeiro de 1885 – o comandante dos invasores no Sudão, -, pôr fim ao domínio turco-egípcio no Sudão. Os mahdistas formaram um governo que dirigiu o país até a invasão britânica, em 1896, e foram derrotados em 24 de novembro de 1899 (Ibrahim, 2010).

Em ambos os casos assistimos os processos diversificados e contraditórios de luta. Padrão que incidiu em grande parte dos países que lutaram pela emancipação nos séculos XIX e XX. Portanto, diferentes grupos de interesses integraram o movimento nacionalista no Egito, onde desenvolveram vários processos de lutas e resistências, mas também se fragmentando em

facções distintas em várias ocasiões, situação semelhante aconteceu também no Sudão. Os movimentos nacionalistas Sudaneses durante a invasão turco-egípcia e britânica desencadearam diferentes processos de lutas e resistências até a data da sua independência e formação do Estado novo no ano 1956.

Se já foi difícil deter os invasores no Egito e Sudão, na Somália o processo foi mais difícil, pois foram três grandes potências europeias, França, Inglaterra e Itália, que se interessavam por aquela região devido à sua situação geográfica, que possibilita acesso às diversas regiões do Oceano Índico e da Ásia na segunda metade do século XIX. (Ibrahim, 2010).

Importa salientar que além da invasão das três potências europeias, a Somália foi invadida também pela Etiópia, vista por alguns historiadores como uma reação defensiva, uma vez que as três grandes potências instalaram bases nas suas fronteiras. Ou seja, as duas invasões tinham objetivos diferentes, pois a invasão europeia se relacionava com objetivos estratégicos econômicos e a invasão etíope estava atrelada à questão defensiva (Ibrahim, 2010). Mas com essas invasões em 1897, não restava poder nenhum para os chefes e sultões somalianos, salvo a de tentar criar estratégias para combater os invasores, pois não tinham como desenvolver uma luta pela via revolucionária como aconteceu no Egito e no Sudão por ser invadido por três grandes potências europeias ao contrário do Egito e Sudão que foram invadidos apenas por uma potência.

O outro fator é que a Somália não tinha como desenvolver a luta armada contra os invasores por causa da fragmentação do seu povo que estava dividido em regiões e clãs. Os chefes e sultões perceberam que havia uma rivalidade entre as potências europeias que invadiram o país, e tentaram se aproveitar dessas rivalidades assinando tratados com as três potências, na esperança de que a prática diplomática lhes resguardasse a independência (Ibrahim, 2010, p. 96). Mas essa estratégia era ilusória, pois os pactos assinados com as três potências não resultaram em nada aos somalianos, enquanto “as potências europeias e a Etiópia acabaram por acertar pacificamente o seu litígio na região” (Ibrahim, 2010, p. 96).

Deixada à própria sorte, a Somália optou por aderir às ideias revolucionárias da região. Inspirados nas ideias do movimento mahdista do Sudão, Sayyid Muhammad conseguiu mobilizar e unificar em torno de 12 mil homens somalianos, que de certa forma aderiram à estratégia revolucionária (Ibrahim, 2010). Com o passar do tempo, os homens de Muhammad, em 1920, foram,

[...]conseguido fustigar os imperialistas europeus e os etíopes durante vinte anos, obtendo vitórias militares, políticas e mesmo diplomáticas. Evidentemente, a djihad somali não logrou expulsar os estrangeiros, mas estimulou um forte sentimento nacionalista (Ibrahim, 2010, p. 96).

Apesar de não ter conseguido expulsar os opressores estrangeiros, como aconteceu no Egito e Sudão, o movimento mobilizador de Muhammad acabou com as divisões entre os clãs, quando os “somalis se sentiram unidos na luta contra a invasão europeia” (Ibrahim, 2010), além de deixar na consciência nacional somaliana um legado importante que viria a inspirar as gerações vindouras, e conduzir os somalianos a independência no ano 1969.

No Norte da África, a invasão de franceses, italianos e espanhóis à região do Maghreb suscitou um tipo de resistência que os historiadores chamam de “resistência maghrebiana” como frisou Oloruntimehin (2010). Como vimos anteriormente, a experiência dos povos do nordeste da África, que resistiram aos ataques dos invasores coloniais durante o século XIX, mas que foram derrotados pelo poderio bélico e econômico das potências europeias, também se repetiu nas regiões do Maghreb. Segundo Oloruntimehin (2010), “As tropas colonialistas, claro, não são todas combatentes, mas é inegável que a vantagem, no simples plano quantitativo, está sempre do lado do exército colonial, que quer infundir “nos indígenas terror e desencorajamento” (Oloruntimehin, 2010, p. 121). Além da superioridade dos homens e armamentos dos invasores, havia o problema das divergências entre diferentes perspectivas políticas e grupos de interesses nacionais, divergências presentes em quase todos os movimentos de libertação nacional no norte e nordeste da África, o que se mostrou crucial no fracasso da luta contra os invasores, que souberam se aproveitar dessas divisões, cooptando parte dos grupos em disputa por meio de apoio político e recursos de poder. No caso de Norte de África,

Para compreender bem o mecanismo, deve-se lembrar que a administração do sultão era normalmente indireta, confiada aos chefes locais – teólogos muçulmanos, xeques. Quando o sultão era incapaz de comandar ele mesmo a resistência, cada qual pensava em resguardar seus privilégios, em “pegar o trem”, como diz um especialista dos assuntos indígenas. A França encontrou facilmente ajuda para conquistar Tuat junto do xerife de Wazzan, que só podia fazer ziyara (coletas) entre os seus adeptos da Argélia com a autorização do governador francês; em Shinkit junto dos xeques Sidiya e Sa’d Buh; em Tafilalet junto do chefe da zawiya nasiriyya; enfim, no Rif junto do chefe dos Darkawa. Na Tripolitânia, os italianos ganharam para a sua causa os Ibaditas do Djabal Nafusa, que se opunham à maioria sunita do país. Onde quer que um grande alcaide tenha constituído um principado, as autoridades coloniais esperam que haja concorrência na sucessão e então propõem apoio alternativamente a cada pretendente. Foi o que se passou com os Trarza entre 1901 e 1904 e com os Zayyan entre 1917 e 1919.” (Oloruntimehin, 2010, p. 124).

Sendo assim, não resta a menor dúvida que os processos de resistências no Norte da África enfrentam dois problemas diferentes: as lutas contra os invasores europeus e as lutas entre facções nacionais rivais com interesses e perspectivas diferentes.

É de importância extrema dizer que as experiências das iniciativas e resistências desencadeadas no Norte da África, sobretudo no Egito, apesar de não ser apenas a única experiência que influenciou a revolta dos guineenses contra os invasores portugueses desde os tempos primórdios da invasão, mas tem um papel preponderante nos processos dos conflitos que marcaram aquele país africano. O mais antigo processo da resistência contra os invasores coloniais na África foi a resistência armada e a conscientização do povo.

3 DESAFIOS HISTÓRICOS NA RESISTÊNCIA AO COLONIALISMO: UM OLHAR SOBRE ÁFRICA OCIDENTAL

Na África Ocidental, as iniciativas e resistências contra os invasores europeus aconteceram nos finais do século XIX e início do século XX. O processo da construção das nações e das identidades nacionais nas diferentes regiões da África Ocidental ocorreu concomitantemente às invasões europeias ocorridas na segunda metade do século XIX e início do século XX. As invasões despertaram sentimentos nacionalistas entre povos tradicionais, e a resistência tinha o objetivo de defender e salvaguardar a independência e o estilo tradicional de vida. Mas em algumas situações de restrições de alternativas políticas, a solução para tal salvaguarda passava ou pelo confronto ou pelas alianças e acordos de submissão aos invasores (Gueye; Boahen, 2011).

Salientamos aqui que entre a nações colonialistas europeias existiam distintos padrões de intervenção e conquista. Um exemplo foram os atuais territórios do Senegal, Níger, Chade, Golfo da Guiné, Costa do Marfim e áreas adjacentes, que foram áreas invadidas pelos franceses. Lembrando que o processo da invasão francesa nos territórios mencionados não foi pacífico, e sim um processo envolto em muita violência, pois os franceses optaram exclusivamente por uma estratégia militar para a submissão desses povos, com observadores do período lamentando que eles “tenham escolhido quase exclusivamente a conquista militar, em vez de concluir tratados de protetorado, como fizeram os britânicos” (Gueye; Boahen, 2011, p. 130).

Em 1864, a invasão francesa sobre o Senegal teve a sua reação nas regiões de Cayor, conhecido como Reino do Senegal, quando o Lat-Dior deflagrou uma luta contra os franceses em 1881 (Gueye; Boahen, 2011). Para fazer frente aos franceses e seus projetos, Lat-Dior fez

uma aliança com outros dirigentes de outras regiões no Senegal, como foi o caso de Ely, emir de Trarza, Abdul Bokar Kan, de Futa Toro e Albury Ndiaye, de Jolof, com o objetivo de expulsar os invasores franceses. Importa salientar que o que estava em questão na luta entre Lat-Dior e os administradores franceses era o projeto de construção de uma estrada ligando Dakar a Saint-Louis, obra rejeitada pelo líder senegalês (Gueye; Boahen, 2011). Mas, apesar de ter mobilizado homens e ter feito diversas alianças para combater os franceses, Lat-Dior não conseguiu realizar o seu sonho de manter Cayor independente. Em outubro de 1886 ele foi morto e os franceses dominaram o restante do Reino do Senegal.

Apesar de não conseguir validar a sua ideia, é inegável que Lat-Dior e outros foram inspiradores para a nova geração que veio a conduzir o Senegal para a sua total independência, em agosto de 1960, caso de Léopold Sédar Senghor, um dos principais expoentes do movimento Negritude e fundador do Partido do Reagrupamento Africano no Senegal, pró-independência, assim como Cheikh Anta Diop e Abdoulaye Ly. Os dois foram intelectuais e ativistas senegaleses que contribuíram não só na luta pela a independência do Senegal, mas também na luta de boa parte dos outros países do continente africano por meio das suas obras e ações que valorizavam a cultura e as histórias africanas, contestavam o racismo e o colonialismo europeus e defenderam a unidade e a soberania dos países africanos.

É importante destacar que as organizações e formas de resistências na África Ocidental francesa não foram muito diferentes das ocorridas nas ambiguidades envolvidas no Norte e Nordeste de África. Na África ocidental, os processos ocorrem ora por meio de confronto militar, ora por estratégias de aliança entre invasores e grupos nacionais. O império de Tukolor um império que se estendia por seguintes atuais territórios: Mali, Senegal, Guiné, Costa do Marfim e Burkina Faso, eram governados por imperador Ahmadu Tall, quem decidiu defender a independência e soberania do seu território por via do confronto militar, mas também por meio de estratégias **de** negociações com os invasores, como aconteceu nas outras regiões já abordadas acima (Gueye; Boahen, 2011). Contudo, Ahmadu não conseguiu ter sucesso na sua iniciativa, pois além dos conflitos com os franceses, ele teve que enfrentar as oposições políticas dos próprios grupos nacionalistas, e os franceses acabaram por lhe derrotar em meados de 1891.

Por sua vez, Samori Touré, outro líder da região do Império Mandinga na década de 1880, atual Guiné-Conacri, resistiu aos franceses na África ocidental, em defesa da independência e soberania das suas terras, e, ao contrário de Ahmadu, adotou uma estratégia de confronto (Gueye; Boahen, 2011). Contudo, apesar do Império Mandinga, liderado por Samori Touré, ter criado um poderoso exército com equipamentos equivalentes aos dos exércitos

européus na década de 1880, não conseguiu expulsar os invasores franceses nem pela via do confronto e nem pela via de alianças.

Após um longo e violento confronto entre os homens de Samori Touré e os franceses, no ano 1884, Touré decidiu estabelecer alianças e relações estratégicas com o governo britânico, cedendo-lhe suas terras para protegê-los dos invasores franceses. Segundo os escritos de Gueye e Boahen (2011), isso expressou uma estratégia de Touré, que procurou fazer essa aliança como forma de deter os franceses nas suas fronteiras, mas se configurou como estratégia fracassada. Após não ter sucesso com os britânicos, Touré voltou a assinar pacto com os franceses nos anos de 1886 e 1887, mas sem nenhum sucesso, fato que induziu Touré a enfrentar novamente os franceses por via de confrontos no ano 1892. Neste mesmo ano, os invasores, sob orientações do Coronel Humbert, invadiram a parte central do império e mais tarde vieram a conquistá-lo e capturar o líder Samori Touré, em 28 de setembro de 1898.

Nesse sentido, é certo afirmar que Touré, para defender a independência e a soberania do seu reino, assumiu simultaneamente estratégias de confrontos e negociações até a data da sua captura. Touré morreu em 1900, no Gabão, país para o qual foi deportado, sem ver com os seus olhos a independência que tanto almejava para o seu reino (Gueye; Boahen, 2011). Samori Touré não conseguiu a independência para o seu povo em decorrência das desigualdades de recursos logísticos e de armamentos frente aos invasores, mas é fato que deixou um legado nacionalista importante que viria a inspirar as gerações vindouras, e estas mais tarde conduziram a luta de independência do seu reino, atual Guiné-Conacri. E uma das figuras importantes nesse processo que resultou no abandono definitivo dos invasores franceses da atual Guiné-Conacri foi Ahmed Sékou Touré, representante do Partido Democrático da Guiné (PDG). O país tornou-se independente no de 02 de outubro de 1958.

Diante da sucessão de exemplos históricos relatados nas páginas anteriores, é possível afirmar que os relatos sobre as lutas de resistência na África Ocidental francesa, que acima nos referimos, se situa apenas como mais um dos exemplos históricos sobre as formas de surgimento dos estados nacionais que emergiram no contexto da dominação colonial, formas diversificadas como os grupos de libertação nacional estruturaram e lutaram pelos objetivos de soberania e independência nacional.

Na África Ocidental Inglesa o processo da invasão e as reações ocorreram um pouco diferente do que aconteceu na África Ocidental Francesa. Se de um lado, os franceses optaram pelo uso da força para ocupar os territórios, de outro, os ingleses recorreram a processo de “negociação pacífica, concluindo tratados de proteção com os Estados africanos, por exemplo, no norte de Serra Leoa e da Costa do Ouro (atual Gana), bem como em diversos pontos do país

Iorubá” (Gueye; Boahen, 2011, p. 147). Mas é importante ressaltar que esse padrão de negociação pacífica não aconteceu em todos os territórios africanos que eles invadiram. Alguns, “como no país Ashanti, no território dos Ijebu, na Iorubalândia, no delta do Níger e, particularmente, no norte da Nigéria, empregaram sobretudo a força” (Gueye; Boahen, 2011, p. 147).

Vamos destacar aqui apenas os territórios na qual os britânicos optaram pelo uso da força para invadir os territórios. Em 1760, os britânicos, na tentativa de invadir a Costa do Ouro, enfrentaram a resistência dos Ashanti e, em 1824, os dois se confrontaram militarmente na qual as forças britânicas e seus aliados são derrotados. Mas a celebração dessa derrota durou até o ano de 1874.

Para rechaçar os Ashanti, o governo britânico lançou por sua vez uma das campanhas mais bem organizadas da época, sob o comando de um dos mais célebres oficiais ingleses do seu tempo, o general Garnet Wolseley. Equipados com as armas mais modernas, seus soldados conseguiram fazer recuar o exército dos Ashanti para a outra margem do rio Pra, ocupar e saquear Kumasi em fevereiro de 1874, após uma derradeira tentativa de resistência desesperada do exército Ashanti em Amofo, perto de Bekwai (ver fig. 6.1)40. A derrota decisiva dos Ashanti pelos britânicos, em 1874, haveria de ter graves consequências para eles, condicionando em grande medida as suas reações entre 1880 e 1920 (Gueye; Boahen, 2011, p. 148).

Aqui é importante descrever as consequências que os autores mencionaram para entender os desdobramentos dos conflitos que ocorreram naquela região africana. Tais consequências envolveram a desintegração do império Ashanti, que teve de aceitar a independência de todos os Estados vassallos localizados ao sul do Pra; e a separação dos Estados vassallos do Norte, que condicionou conflitos entre Kumasi e Dwaben, duas Cidades do atual território chamado Gana e resultou de fato em uma guerra civil e na destruição do asantehene que era o rei do império Ashanti. É importante destacar o seguinte: de que tais conflitos são motivados pela disputa de territórios e de poder entre os chefes locais conhecidos como “abirempon” (chefes locais do império Ashanti) que são responsáveis por administrações das províncias e as cidades do império (Gueye; Boahen, 2011).

Já no Sul da Nigéria, sobretudo nos territórios do povo Iorubá, invadido pelos missionários e autoridades britânicas, a estratégia da invasão associou diplomacia e intervenção militar. Sendo assim, “as reações dos nigerianos, por consequência, vão da luta aberta às alianças e submissão temporárias” (Gueye; Boahen, 2011, p. 151). Por exemplo, o Estado de Ijebu foi o único do Reino Ioruba que tinha resistido contra a ocupação dos missionários e as autoridades britânicos nas suas terras e, em consequência, no ano 1892, os britânicos enfrentaram os Ijebu por via da luta armada na qual derrotaram os Ijebu (Gueye; Boahen, 2011).

Este fato levou todo o Reino de Iorubá a ceder os seus direitos aos invasores e optaram pela estratégia de submissão.

Se para os Ioruba, a melhor estratégia de defender as suas independências e soberania era a submissão ao outro, “[...]não sucedeu o mesmo com os chefes do reino de Benin e com certos chefes dos Estados do delta do Níger” (Gueye; Boahen, 2011, p. 151). A estratégia adotada no Benin foi o confronto militar no ano de 1897, entre os exércitos de Benin e os invasores britânicos, confronto que culminou na derrota dos beninenses no mesmo ano. Também alguns chefes do delta do Níger resistiram aos invasores também utilizando-se de instrumentos de comércio, insistindo na taxaço de mercadorias britânica como forma de regulamentar o comércio nas suas terras, caso de Jajá O'Povo, que de certa forma “Obrigou os mercadores desta nacionalidade a pagar impostos e ordenou a paralisação total do comércio no rio, até que determinada firma britânica cumprisse o pagamento” (Gueye; Boahen, 2011, p. 152). É o caso também de Nana, o governador do reino de Itsekiri que desafiou as autoridades britânicas. O reino de Itsekiri era um estado africano que existia entre os séculos XV e XIX na região conhecida hoje como delta do rio Níger, na atual Nigéria.

Salientamos aqui que apesar da diversidade de lutas e formas de resistência na segunda metade do século XIX, tanto os reinos do Norte e Nordeste da África tiveram que se submeter aos colonizadores até os processos de libertação nacional ocorridos nos anos 50 e 60 do século XX. Contudo, essas lutas desempenharam papel fundamental para as gerações futuras, pois despertaram o sentimento nacionalista que serviu de guia para criação dos movimentos de libertação nacional e partidos políticos que vieram a conduzir os seus povos para a independência e a posterior formação dos Estados nacionais. É importante salientar que; o que procuramos fazer aqui é a conexão analítica e descritiva da trajetória histórica dos processos de libertação de alguns países africanos, indicando que luta armada e o reforço das identidades nacionais foram os componentes gerais básicos mobilizados pelos grupos nacionalistas, apesar das diferenças culturais, étnicas e religiosas existentes entre países de uma mesma região e de regiões diferentes. Procuramos descrever os aspectos em comum nos processos de independência das colônias africanas entre o final do século XIX e o século XX. Tentamos mostrar que, mesmo entre países com culturas e crenças religiosas distintas, o processo de independência envolveu o recurso à luta armada, deflagrada em geral pelo partido nacional de libertação ou por uma coalizão de forças nacionalistas que se uniram em torno da expulsão do invasor europeu.

Salientamos que; os exemplos das formas de luta acima mencionados nos países de norte, nordeste da África e África oriental, sobretudo no Egito, serviram como modelos para as

demais regiões africanas, influenciando outros países na África Ocidental, como foi o exemplo da Guiné- Bissau.

4 OS CONFLITOS NA ÁFRICA OCIDENTAL E O CASO DA GUINÉ-BISSAU

A experiência egípcia, conforme relatamos acima nos mostra que, o Partido Nacionalista (1906), se engajou na conscientização do povo egípcio, mostrando-os que os próprios egípcios são capazes, a partir de sua própria matriz civilizatórias, de fazer acontecer grandes efeitos, independente dos britânicos. As ideias de conscientização do povo para aderir o projeto de nacionalismo também são presentes nos pensamentos do Amílcar Cabral nos meados de (1950 a 1960) como forma de convencer o povo guineense e cabo-verdiano de que são capazes de enfrentar os invasores pela via de luta armada e conquistar a sua independência a fim de construir um novo Estado fundamentado nos princípios da justiça, do trabalho e da igualdade de oportunidade para todos os filhos da Guiné e Cabo-Verde (Cabral, 1974).

Os estudos apontam que, a organização da estrutura dos revolucionários guineenses era uma ação de mobilização, ou seja, conscientização do povo, fato que não era uma tarefa fácil por parte de Amílcar Cabral e os seus camaradas, pois, o mundo rural era difícil convencer sobre a sua proposta que tem como objetivo a luta de libertação nacional. Posto isso, o processo de mobilização de Cabral e os seus companheiros “[...] baseou-se numa linguagem simples, direta e acessível às populações” (Gomes, 2010, p.40) que partia das seguintes indagações: “porque lutamos nós, quem és tu, quem é o teu pai, já pagaste os teus impostos, o teu pai já pagou os seus impostos, o que é que viste desses impostos, quem é que já esteve preso” (Gomes, 2010, p.40).

Estas palavras ajudaram o movimento a convencer os habitantes das zonas rurais a aderirem à luta e não só também houve um forte empenho por parte dos jovens militantes do Partido nas comunidades dedicando-se em ensinar as populações locais a maneira de se livrar do “sistema colonial Português” que estava a dificultar as vidas das populações locais, com este trabalho dos jovens o Partido ganhou a confiança dos habitantes locais e iniciou a sua luta armada no dia “23 de janeiro de 1963” na “Tite” sul da Guiné-Bissau com pequenos grupos de guerrilhas entre eles guineense e cabo-verdianos (Gomes, 2010, Semedo, 2016).

Portanto, as iniciativas e resistências egípcias contra os invasores britânicos inspiraram outras revoluções na África, sobretudo no caso Guiné-Bissau com a ideia de conscientização do povo

em pegar a arma e de acreditar que era possível lutar pela independência nacional e pela soberania política.

Salientamos aqui que, os processos de resistências que ocorrem no norte da África francesa, nordeste da África inglesa e África Ocidental francesa também ocorreram na África Ocidental portuguesa, a região onde fica situada o nosso objeto de pesquisa, e também ali as iniciativas e resistências como havíamos dito anteriormente não são diferentes das experiências abordadas acima. Se não era por via do confronto militar, era pela via da submissão negociada ou pela via das alianças. O território da África Ocidental portuguesa que vamos analisar nas próximas páginas é a atual Guiné-Bissau, única colônia portuguesa no período, além de Cabo-Verde, que fica situada geograficamente na África ocidental.

As lutas de resistência dos guineenses começaram com a luta dos povos nativos contra a campanha de pacificação que a Administração portuguesa da atual Guiné-Bissau criou para os nativos de diversos grupos sociais daquele território. O principal motivo da campanha era de certa forma obrigar os nativos, pela via das armas, a aceitar pagar os impostos de palhotas⁴ a que se recusaram, além da invasão das suas terras (Namone, 2013).

É importante destacar alguns grupos sociais e reinos que resistiram contra tal campanha e que mais tarde inspiraram o partido e o principal grupo da libertação nacional (PAIGC) contra o sistema da administração colonial português. Primeiro destacamos a resistência do rei do grupo social Beafada, Infale Sonco, no território conhecido hoje como região de Oio, geograficamente situada no atual norte da Guiné-Bissau. Segundo Namone, Sonco era aliado dos colonizadores nos tempos primordiais da invasão, mas resistiu a obrigar seu povo a pagar o imposto, o que gerou o confronto com os seus antigos aliados portugueses.

Com seu exemplo, despertou as ideias da resistência popular na luta pela liberdade e a soberania do seu território, como já havia acontecido nas demais regiões da África já citadas anteriormente. Conforme relatado “[...] a resistência era lutar para manter a soberania territorial, Sonco logo conseguiu facilmente mobilizar outros chefes locais próximos a ele, que se uniram na luta para impedir a invasão dos portugueses” (Namone, 2013, p. 63). Entre eles, destacamos os Beafadas do Sul da Guiné-Bissau em Quinara, que reagiram à invasão entre os anos de 1908 e 1909; a reação dos Manjacos que habitam também no norte da Guiné, na região de Cacheu; os Balantas na região de Oio e Sul do País; a reação dos Bijagó, nas zonas insulares nos anos 1900, e por último a aliança dos grupos sociais Papéis, da periferia da atual capital Bissau, os

⁴ Impostos de palhotas refere-se a uma prática na qual os indígenas são obrigados a pagar por meio de trabalho forçado. Geralmente é um imposto que é pago em dinheiro, mas em caso de a pessoa não ter o dinheiro acaba prestando serviço às companhias até atingir o montante de imposto a ser pago.

Felupes de Susana e Varelas na região de Cacheu, Oicas de Oio e Fulas de Gabu, dentre outros (Namone, 2013).

Depois de um longo período de confronto e resistência ao pagamento do referido imposto, os Mandigas e Fulas acabaram por aceitar as ordens dos invasores portugueses em pagar os impostos, como aconteceu no Estado de Iorubá, na Nigéria, onde boa parte dos grupos sociais que ali habitam optaram pela estratégia de submissão, com exceção do Estado de Ijebu (Gueye; Boahen, 1880). Mas os restantes grupos sociais permaneceram resistentes e se negaram a pagar os impostos durante algum tempo. Mas em 1936, o então governador da Guiné Portuguesa, João Teixeira Pinto, finalmente conseguiu derrotar todos os grupos sociais que recusaram os impostos. A principal causa da derrota foi a supremacia quantitativa e militar dos portugueses, e os nativos ficaram sem condições de resistência aos ataques dos invasores, pois nem de espingardas dispunham (Namone, 2013). Contudo, este autor afirma que,

[...]apesar dos nativos ter sido derrotados, essa derrota não representava submissão total, pois com o estabelecimento do domínio colonial no interior do território a luta dos subjugados assumiu a forma de resistência passiva, não só contra a exploração e a opressão brutal, mas também contra o imperialismo cultural português (Namone, 2013, p. 64).

Essa resistência, como frisa o autor, foi fundamental para o partido de libertação nacional ser capaz de responder aos desafios do processo de mudança social e política que ocorreu a partir dos anos 50 e 60 do século XX. Segundo Lopes (2020), o líder de luta para a libertação africana, Amílcar Cabral, olhava para o povo guineense e percebia que era preciso mudar e dar uma educação baseada na cultura da Guiné Bissau, de modo a fazê-los distanciar-se do “pensamento europeu”. É a partir deste e de demais outros fatores que mencionamos acima, que o processo da luta de libertação, ou seja, luta pelas independências da Guiné-Bissau se consolidou. Porém, a luta “[...]desencadeada pelo Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), entre 1963 e 1974, se consolidou graças a uma longa tradição de resistência dos povos de Guiné à dominação colonial portuguesa (Namone, 2013, p. 64).

As estratégias usadas pelos nacionalistas guineenses para defender a sua independência foi o confronto militar, como aconteceu no reino de Benin, no Estado de Ijebu, na Nigéria, no Egito, no Senegal, e na Guiné-Conacri e dentre outros. A Guiné-Bissau, assim como toda a África portuguesa no geral - os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), isto é, Angola, Guiné-Bissau, Moçambique Cabo-Verde e São Tomé e Príncipe – sofreram uma violência emocional, física, política e social, em decorrência da violência da dominação colonial, que rompeu com os modos de organização social, política e econômica dos povos

autóctones, mas que despertou fortes sentimentos de pertencimento e identidade nacional que conduziram à posterior independência desses países.

Uma das primeiras violências foi a destruição do sistema político tradicional dos povos autóctones, com a chegada dos portugueses no continente, de modo particular na costa de Guiné, atual Guiné-Bissau, nos anos de 1446, foi quando o navegador Nuno Tristão pisou os seus pés naquele território africano. A segunda foi o impedimento de formação de instituições políticas próprias na década de 60, pela proibição da administração colonial portuguesa que não permitia a formação das outras forças políticas de oposição. E a terceira e última foi a imposição feita pela comunidade internacional, para que o país abandonasse o sistema socialista de partido único que foi adotado em 1973 após a guerra de libertação nacional. Por essa imposição ocorrida durante as décadas de 80 e 90, o país foi induzido a abandonar o antigo modelo político de partido único e a adotar o sistema democrático multipartidário, em troca de ajuda financeira internacional.

Devido à ocupação violenta e opressiva dos portugueses, que impediam qualquer forma de exercício de organização política e cultural, a luta contra o imperialismo cultural português em um contexto de impedimento de formação de organizações políticas próprias, suscitou o sentimento de patriotismo e identidade nacional e, conseqüentemente, o surgimento do movimento nacionalista em defesa da liberdade política. É neste contexto de política opressiva dos governantes portugueses, que surgiram os movimentos revolucionários nos países colonizados por Portugal. Em Angola, destacamos o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), fundado em 1956; em Moçambique destacamos a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), fundado em 1962; em São Tomé e Príncipe destaca-se o Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe – Partido Social Democrata (MLSTP-PSD), fundado em 1960, e em Guiné-Bissau e Cabo-Verde destacamos o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo-Verde (PAIGC), fundado em 1956. Não vamos adentrar em detalhes sobre como esse processo ocorreu nos países que referimos acima, visto que nosso foco vai ser a Guiné-Bissau.

Segundo Semedo (2009), o PAIGC no início era apenas um movimento revolucionário, com objetivos de lutar pela independência da Guiné e Cabo-Verde, expulsar os colonizadores e pôr fim a um período de longa exploração do povo guineense e cabo-verdiano. Fato que foi concretizado finalmente em 1973, quando os militares nacionalistas do PAIGC conseguiram expulsar os invasores portugueses em um confronto militar que durou 11 anos.

É importante destacar a forma pela qual surgiram e foram conduzidas as iniciativas e resistências pela independência guineense, isto é, entender quais as organizações inspiradoras;

a formação do partido de libertação com seus tipos de liderança, estruturação política e organizacional contra o domínio colonial; os condicionantes étnicos, culturais e geográficos da formação do partido de libertação nacional; os tipos de grupos organizados e as singularidades do processo de transição do estado colonial para a formação do estado nacional. Devemos lembrar que as mudanças sociais e políticas que ocorreram nos finais do século XVIII e início do século XIX envolvendo a industrialização e o fortalecimento dos estados nacionais na Europa, provocaram vários desdobramentos políticos na Europa e no continente africano nos séculos XX e XXI. Por exemplo, as iniciativas e resistências pela independência nacional nos países colonizados; a consolidação do processo de formação de estados nacionais; e os processos de transição do antigo modelo de estado colonial para formação do estado nacional nos países africanos, e de modo particular Guiné-Bissau.

Portanto, partindo do que acabamos de descrever é possível observar que, as iniciativas e resistências dos reis dos territórios guineenses por volta da primeira década do século XX, inspiraram uma nova geração para lutar pela independência e soberania dos seus territórios. Alguns fatores externos também influenciaram a resistência de guineenses e caboverdianos. Corroborando essa observação, Namone (2013), salienta fatores externos que influenciaram as iniciativas e resistências guineense para revolução,

[...]a mudança do panorama sociopolítico mundial decorrente das duas grandes Guerras Mundiais e contexto político-ideológico motivado pela Guerra Fria, como também algumas organizações de caráter político e cultural, entre elas: Partido Comunista Português (PCP), Casa dos Estudantes do Império (CEI), entre várias outras” (Namone, 2013, P. 51).

A Casa dos Estudantes do Império, como frisa o autor, foi fundamental para a independência dos países do PALOP, de modo particular da Guiné-Bissau, pois as nações africanas do PALOP nas décadas de 50 a 60 começaram a ser construídas a partir das iniciativas dos estudantes africanos residindo em Lisboa, por meio da construção de um “nacionalismo africano”, principalmente o grupo que se “encontrava na Casa de Estudantes de Angola – que viria a ser mais tarde Casa de Estudantes do Império (CEI)” (Monteiro, 2013, p. 38). É questionável falar da independência da Guiné-Bissau e Cabo-Verde sem destacar a figura de Amílcar Cabral, não no sentido de pensar ele como o salvador da pátria, mas como quem liderou e influenciou outras personalidades na África portuguesa a aderir ao projeto da libertação das terras africanas invadidas pelos opressores portugueses.

No seu estudo intitulado “Os fazedores de utopias, uma biografia de Amílcar Cabral”, António Tomás argumenta que Cabral se empenhou mais que qualquer outro para mudar a

antiga ordem social e construir um futuro melhor para os africanos sob a colonização. O mesmo autor ainda salienta que foi este fato que o motivou a criação do PAIGC e iniciou a guerra na Guiné contra os invasores, servindo de exemplo e referência de luta e liderança marcante para outros líderes dos países independentistas dos PALOPs, como foi o caso de Agostinho Neto, angolano formado em Lisboa e Coimbra; Eduardo Chivambo Mondlane, moçambicano formado nos Estados Unidos, e Manuel Pinto da Costa são-tomense formado na Alemanha (Namone, 2013).

Por várias maneiras, estes estudantes juntaram forças, inteligência, resistência e formaram uma única frente, com o objetivo orientado pela independência, mesmo diante de grandes dificuldades, pois em Portugal sob o salazarismo tinham que organizar reuniões de forma secreta. Segundo estudos de Silva (2006, p. 9), “O mais importante resultado desta Reunião foi, pois, o lançamento do designado Movimento Anti-Colonialista para a Libertação das Colónias Portuguesas, que ficou mais conhecido por Movimento Anti-Colonialista (MAC)”. O mesmo autor ainda salienta que a fundação deste movimento teve em Viriato da Cruz um grande impulsionador nos momentos iniciais, quando o mesmo estava em Lisboa de passagem para Paris, e lá Cruz residiu na casa do engenheiro Amílcar Cabral (Silva, 2006).

Entende-se que a Casa de Estudantes de Angola – que viria a ser mais tarde Casa de Estudantes do Império (CEI) é especialmente relevante e oportuno para os países africanos dos PALOP, particularmente para a independência da Guiné-Bissau e Cabo-Verde, pois foi a partir das reuniões secretas feitas nesta Casa que nasceram os ideais de resistência e o próprio movimento revolucionário, com suas estruturas política e organizacional, inclusive influenciando os rumos posteriores da Guiné-Bissau na fase de formação do Estado nacional independente e do sistema político na década de 70.

Com efeito, fica evidente que as reivindicações de uma classe determinam e “aspira a realização de um conjunto de ideologia” (Silva, 2006). Foi neste sentido que surgiram os movimentos revolucionários dos PALOP para a libertação nacional e a construção dos Estados nacionais, de modo particular na Guiné e Cabo-Verde. Um dos principais objetivos da criação do PAIGC e de suas estruturas políticas e organizacionais foi o de minimizar os conflitos e as contradições políticas que haviam entre os povos daquela região, requisito fundamental para pôr fim a um longo período de exploração colonial portuguesa sobre guineenses e caboverdianos (Silva, 2006).

Para a pesquisadora guineense Patrícia Godinho Gomes (2010), a criação do movimento revolucionário que mais tarde viria a se tornar um partido político, inicialmente tinha o objetivo de responder aos problemas sócio-políticos e econômicos que incidiam sobre guineenses e

cabo-verdianos, mas sem um plano de independência acabado. O movimento foi fundado em Bissau no dia 19 de setembro do ano de 1956, por guineenses e cabo-verdianos considerados assimilados, mas que não sentiam felizes com a situação do “sistema colonial” e entendiam que era necessário “[...] lutar contra a situação de subdesenvolvimento que existia na Guiné Portuguesa”, (Gomes, 2010, p. 35). É importante salientar que a sua fundação como movimento, liderado por Amílcar Cabral, ocorreu de forma clandestina, devido à repressão portuguesa, que não permitia a formação de forças políticas de oposição (Semedo, 2009).

Como destacamos anteriormente, Cabral se empenhou em prol das mudanças, acreditou numa nova ordem social e fundou o movimento revolucionário de libertação em 1956. Aristides Pereira, uma das principais testemunhas desse período, afirma que,

O P.A.I.G.C., fosse apenas um movimento de libertação por não existir a rigidez de princípios, a ideia era a de transformá-lo num verdadeiro partido político. A ideia da criação do P.A.I.G.C. traduzia as aspirações das massas populares, na perspectiva de uma nova era, de uma era em que prevalecessem valores como a justiça e o direito de dispor do próprio destino. Transformar essas aspirações em realidade, através da consciencialização das massas sociais face ao sistema colonial português, implicaria antes de mais, resolver as contradições internas, e sucessivamente uni-las contra o domínio estrangeiro, tarefa que sem dúvida seria a mais difícil. A perspicácia política e a capacidade de visão de futuro de Amílcar Cabral favoreceram a aplicação do princípio da unidade Guiné e Cabo Verde, que constituiu desde o primeiro momento da vida do Partido, o seu pilar mestre (Gomes, 2010, p. 36, grifo nosso).

Por não existir a rigidez dos princípios apontada por Gomes, fenômeno inclusive estudado por Duverger, ao indicar que o nascimento dos partidos políticos pode ocorrer a partir da arena parlamentar e por meio de comitês políticos eleitorais, observamos que o PAIGC se enquadra no “comitê”, pois surgiu num período em que não existia parlamento no espaço colonial, com as forças armadas se situando como a “única estrutura burocrática portuguesa” (Semedo, 2009).

Nos seus momentos iniciais, o PAIGC assumiu uma estratégia de mobilização das camadas urbanas para enfrentar a administração colonial portuguesa pela via da negociação. Mas essa ambígua estratégia não foi muito bem sucedida. De um lado, houve “uma certa adesão” das camadas trabalhadoras dos centros “urbanos”, nomeadamente “artíficos e marinheiros” que estavam sob exploração dos portugueses (Gomes, 2010). Mas do outro foi um desastre, pois a manifestação organizada pelo movimento para exigir uma melhor condição de trabalho dos funcionários do Porto de Pindjiquiti, em agosto de 1959, se transformou em um massacre. Para alguns pesquisadores, como é o caso de Gomes, esse massacre significou uma grande derrota para os nacionalistas.

O “massacre” do Pidjiguiti de 3 de agosto de 1959, manifestação que se traduziu na primeira grande derrota de carácter político para o P.A.I.G.C. clandestino, em que as forças policiais portuguesas responderam com violência a uma manifestação dos trabalhadores do cais do Pidjiguiti contra as condições de trabalho, levou a uma mudança radical da estratégia de luta (Gomes, 2010, P. 40).

Com essa derrota, os nacionalistas guineenses optaram por outra estratégia, uma vez que as negociações pacíficas resultaram num pesadelo, como aconteceu em outras regiões do continente. Os revolucionários decidiram mobilizar as “massas camponesas e o reforço das organizações políticas nos meios urbanos” (Abadia, 2016, p.120), uma vez que a estratégia de negociação falhou. A nova estratégia, como aconteceu em outros países africanos, como caso do Sudão e Somália e, sobretudo, o caso do Egito foi a de confronto militar. Amílcar Cabral e seus companheiros decidiram organizar as suas estruturas nas zonas rurais, a fim de iniciar uma luta armada igual fez o líder do Partido Nacionalista egípcio Mustapha Kamil em 1906.

A organização desta estrutura envolvia uma ação de mobilização dos moradores das zonas rurais, uma mobilização de muita dificuldade para os nacionalistas liderados por Amílcar Cabral. O mundo rural era difícil de aderir à proposta de luta armada. Para convencer esses moradores, os nacionalistas incluindo Cabral tiveram que adotar a estratégia de conscientização para mobilizar os camponeses e habitantes das zonas rurais a aderirem à luta. Também houve um forte empenho por parte dos jovens militantes do movimento nas comunidades, dedicando-se em ensinar às populações locais a maneira de se livrar do “sistema colonial Português” e de sua prática de dificultar as vidas das populações locais. Posto isto, o partido e/ou grupo da libertação nacional ganhou a confiança dos habitantes locais e iniciou a sua luta armada, no dia 23 de janeiro de 1963, no Quartel de Tite, sul da Guiné-Bissau, com pequenos grupos de guerrilhas entre eles, guineense e cabo-verdianos (Gomes, 2010, Semedo, 2009).

Mal começou a luta, o movimento que mais tarde se tornou um Partido, começou a enfrentar problemas que poderiam inviabilizar o projeto de libertação, fato que obrigou Cabral a convocar o primeiro congresso do Partido nas matas de “Bôe”, conhecido como congresso de “Cassacá”, em 1964, com o intuito de reestruturar o Partido para melhor sanar os problemas que estavam surgindo.

Neste congresso, foram tomadas as decisões de criar dois planos de ações e suas respectivas estruturas, o “plano de ação política e o plano de ação militar” (Cabral, 1997 *apud* Semedo, 2009, P. 20).

No plano político,

1. Reorganização do partido tanto na base como no nível dos órgãos dirigentes

2. Reforço do trabalho político junto às massas populares com fim de elevar sempre o nível de consciências políticas dos populares.
3. Liquidação das manobras dos inimigos tendentes a dividir e desmobilizar o povo
No plano militar,
 1. Reorganização da luta armada, através da reestruturação e redistribuição das forças armadas e pela criação de comandos inter-regionais sob a orientação do conselho de guerra.
 2. Criação das Forças Armadas Revolucionária do Povo.
 3. Extensão e multiplicação das frentes da luta.
 4. Intensificar a frequência dos ataques contra quartéis e posições portuguesas
 5. Formação de quadros militares especiais e quadros destinados à luta armada nas ilhas de Cabo-Verde (Cabral, 1997 *apud* Semedo, 2009, P. 20).

Com a definição desses dois planos e de suas estruturas, o movimento avançou no que tange à formação política “com características e bases democráticas”. Para a estudiosa Gomes (2010), essa foi uma inédita vitória para o Partido, porém, houve uma direta participação das “massas populares” nos encontros dos diferentes “órgãos” do movimento. Contudo, os problemas que fragilizaram o Partido ainda continuam presentes, fato que obrigou os seus dirigentes a marcar uma reunião de “12 a 15 de abril de 1970” com o intuito de reforçar as ideias de congresso de “Cassacá”. Foram criados mais quatro (4) “órgãos” para ajudar na ação política e militar. Os novos órgãos recém-criados foram o “Conselho Superior da Luta, Comitê Executivo da Luta, Comitês Nacionais das Regiões Libertadas e Forças Armadas Locais” (Semedo, 2009, p.21). Em 1973, num “relatório” escrito por Amílcar Cabral, no que diz respeito à “situação de luta”, foram “destacadas duas ações do movimento”.

O primeiro considerado como o grande progresso político-militar foi a visita em abril de 1972 da Missão Especial das Nações Unidas às regiões sob controle do PAIGC, denominada das zonas libertadas. Essa visita resultou depois na legitimação do PAIGC durante a Assembleia Geral da ONU na sessão XXVII que autorizou seus organismos especializados a cooperarem com o PAIGC para o aperfeiçoamento das condições de vida material e cultural das populações nas zonas libertadas onde estava implantada uma vida administrativa gerenciada pelo movimento. O segundo foi a criação da Assembleia Nacional Popular, (ANP), da Guiné. Ou seja, a realização da primeira constituição que teve a participação de 120 representantes eleitos pelo povo. (Semedo, 2009, p. 22).

Com isso, percebe-se que os progressos acima citados estavam atrelados à consolidação do poder do Partido junto às massas e sua “legitimação no plano internacional como o **único** representante que deveria negociar a independência”, já indicando nesse período a opção posteriormente adotada de formação de um governo nacional, no pós-independência, baseado em um partido único (Semedo, 2009, p. 22). Posto isto, é possível afirmar que as iniciativas e resistências desencadeadas pelo partido do PAIGC na Guiné-Bissau, conseguiram encontrar um caminho singular para a independência nacional, posto que conseguiram derrotar os

invasores pelo confronto militar, diferente de outros países africanos, que foram cooptados ou submetidos ao domínio colonial devido à supremacia militar das forças colonialistas e ao apoio das nações europeias.

Obviamente que dois fatores externos tiveram peso na vitória do povo da Guiné. Um foi a influência das Organização das Nações Unidas (ONU), que assumiu exigências relativas à autodeterminação dos povos que ainda se encontravam sob dominação colonial, como referido por Gomes. Mas também o “bloco socialista” jogou um papel relevante na conquista da independência dos países africanos de língua portuguesa, de modo particular na Guiné-Bissau. E por fim, a conferência de Bandung, realizada na Indonésia no ano 1955 (Namone, 2013). É importante salientar que a conferência de Bandung⁵ teve um impacto positivo no processo da conquista da independência guineense e construção do seu estado, pois serviu também da inspiração para o Amílcar Cabral o fundador do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo-Verde (PAIGC). É uma conferência que reuniu cerca de 28 líderes de diferentes países, por exemplo, países asiáticos e africanos com o objetivo de buscar uma cooperação econômica e cultural afro-asiático a fim de se posicionarem contra a dominação colonial.

Após conseguir tornar o território independente em 1973, fato que mais tarde, em 1974, o governo Português reconheceu oficialmente, finalmente foi formado o primeiro Estado nacional guineense e cabo-verdiano, liderado por Luís Cabral. Nesta primeira formação do Estado, o sistema político do país era socialista de partido único. O país só veio a perder essa identidade do sistema político 19 anos depois, quando o modelo socialista, nas décadas de 80 a 90, começou a vivenciar uma crise conjuntural e estrutural, caminhando para a adesão ao modelo de sistema político semi-presidencialista no ano 1994.

Posto isto, é possível observar que a perda da sua primeira identidade está atrelada às mudanças políticas do mundo durante os anos 90, com abertura ao capitalismo de mercado. Com efeito, tais mudanças fizeram surgir disputas no interior do sistema "burocrático-autoritário", suscitando divisões no interior do PAIGC e no sistema político de partido único.

⁵ A conferência de Bandung foi uma reunião histórica que ocorreu de 18 a 24 de abril de 1955, na cidade de Bandung, na Indonésia. A conferência reuniu representantes de 29 países recém-independentes da África e da Ásia, e teve como objetivo promover a cooperação, o diálogo e a solidariedade entre as nações recém-libertadas do jugo colonial. A década de 1950 foi marcada pelo processo de descolonização, com várias nações asiáticas e africanas conquistando a independência do domínio colonial. A conferência teve como objetivo principal discutir questões relacionadas à promoção da paz, à segurança regional e à cooperação econômica entre as nações recém-independentes. Nesta conferência participaram representantes de 29 países, incluindo líderes proeminentes como Jawaharlal Nehru da Índia, Gamal Abdel Nasser do Egito, Sukarno da Indonésia, e Zhou Enlai da China, entre outros. A conferência afirmou a neutralidade dos participantes em relação à Guerra Fria, buscando manter uma posição independente e evitar alinhamentos automáticos com os blocos liderados pelos Estados Unidos ou pela União Soviética. A conferência contribuiu para o surgimento do Movimento Não Alinhado, um grupo de nações que buscava manter uma posição neutra na Guerra Fria e promover a cooperação internacional independente das superpotências.

Mas a primeira cisão no Partido aconteceu de fato ainda na década de 80, em razão da desigualdade de representação nos órgãos superiores do Partido entre guineenses e cabo-verdianos, pois no entendimento dos guineenses, eram os cabo-verdianos que ocupavam os altos cargos tanto no partido como no governo e no Estado (Jauara, 2015). A segunda cisão aconteceu em 2016, a partir de um ressentimento compartilhado por um grupo de 15 dos seus deputados, que foram expulsos pela direção organizacional do Partido, e mais tarde, fundaram uma nova formação partidária denominada Movimento para a Alternância Democrática (Madem-G15). A expulsão dos 15 deputados está vinculada à não adesão destes na votação do Programa do Partido no parlamento, no ano de 2016. É importante salientar que a primeira cisão, que culminou com o abandono dos cabo-verdianos na década de 80, não é igual à cisão de 2016. O primeiro aconteceu pelo abandono de deputados cabo-verdianos do partido único, e a segunda cisão aconteceu pela expulsão radical de alguns dos seus divergentes.

Portanto, partido do que acima descrevemos a hipótese defendida neste estudo é a de que, os fatores das divergências internas no PAIGC, de modo particular a cisão radical que deu origem ao MADEM-G15 e suas consequências sobre o processo de construção do Estado nacional, se vinculam aos condicionantes, políticos, econômicos e institucionais das relações internacionais sob os princípios do capitalismo liberal vigente durante os anos 90, e que foram adotado pela Guiné-Bissau sob pressão das organizações integrantes do sistema financeiro internacional, como o Banco Mundial e o FMI, com o conseqüente abandono da velha política de partido único de viés socialista, substituindo-o por um modelo formal de democracia liberal, mas sem que este tivesse enraizamento na tradição histórica e nas condições socioeconômicas e políticas vigentes no país.

Nesse sentido, o cerne dos conflitos no interior do partido foi reflexo desses condicionantes, que abriu portas para disputas étnicas e políticas no interior do Partido. Sem a rigidez de um sólido sistema de partido único, que já vinha em crise na Guiné, essas clivagens sociais influenciaram na formação, consolidação e divisão do partido governamental, pois estabeleceram bases de interesses comuns e de conflitos duradouros. No caso do MADEM-G15, ele surgiu a partir de um ressentimento coletivo compartilhado por um grupo de 15 deputados expulsos do próprio PAIGC no ano de 2016.

Conforme apontamos na Apresentação e no que descrevemos até aqui neste trabalho, eventualmente podemos admitir a hipótese, com alguma probabilidade, de que o tipo de transição errática e com formas disruptivas do sistema político da Guiné-Bissau, desde a sua trajetória como colônia portuguesa até os dias atuais como país independente, é o que vem criando obstáculo para a instauração de um multipartidarismo genuíno, estável e democrático.

Até o presente momento, o sistema político representativo não vem expressando a diversidade das preferências eleitorais e sim incrementando as desigualdades.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos que; o enfoque na defesa de revoluções nacionalistas, antirracistas e socialistas ressalta a diversidade de ideologias que impulsionaram os movimentos de libertação. O artigo observa a complexidade dos processos de formação e luta pela independência, destacando a transição das forças de dominação colonial por meio de conquistas para as lutas de libertação nacional. As divisões internas e contradições nas nações colonizadas são apontadas como parte desse processo evolutivo.

A formação dos Estados nacionais africanos é analisada como resultado da invasão colonial, envolvendo resistência militar, negociações e nascimento de líderes políticos. No entanto, apontamos que a associação do nacionalismo a projetos emancipatórios tornou-se difícil, devido às manifestações violentas e xenófobas observadas nos diferentes lugares nestes países africanos. Obviamente isso se deve ao fato de que; a dominação colonial; muitas vezes; leva a instintos genocidas em resposta a ameaças à sua continuidade.

Ao abordar casos específicos, como o do Egito, Sudão, Somália, e da Guiné-Bissau e entre outros casos, o texto ilustra a variedade de estratégias adotadas pelos povos africanos, desde confrontos militares até alianças e submissões temporárias. A análise ressalta que, embora as primeiras lutas lideradas por reis não tenham encerrado o processo de colonização, mas desempenharam um papel fundamental ao despertar o sentimento nacionalista, que serviu como base para os movimentos de libertação nacional nos anos 50 e 60.

O exemplo guineense, com destaque para a influência da experiência egípcia na resistência guineense liderada pelo PAIGC, evidencia a importância de líderes como Amílcar Cabral na conscientização e mobilização do povo para a independência. O papel dos partidos de libertação, como MPLA, FRELIMO e PAIGC, é sublinhado como crucial para a independência dos países africanos colonizados por Portugal.

A fase pós-independência na Guiné-Bissau, marcada pela adoção inicial de um sistema político socialista de partido único, é seguida por mudanças na década de 90, resultando na transição para um sistema político semi-presidencialista em 1994. Essas mudanças levaram à erosão do poder político e às divisões internas no PAIGC, culminando na cisão em 2016 com a formação do Madem-G15. As divergências internas no PAIGC, especialmente a cisão que deu

origem ao Madem-G15, estão relacionadas a fatores políticos, econômicos e institucionais das relações internacionais durante os anos 90, marcados pelo capitalismo liberal. Essas mudanças são apontadas como contribuintes para as disputas étnicas e políticas, resultando na instabilidade política na Guiné-Bissau.

REFERÊNCIAS

- ABADIA, Danúbia Mendes. A rejeição revolucionária do colonialismo: Amílcar Cabral e a luta de libertação na Guiné-Bissau e em Cabo-Verde. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 16, n. 183, p. 113-125, 2016.
- ANDERSON, Benedict. Nação e Consciência Nacional. Ed Atica, São Paulo, 1989.
- ANDERSON, Benedict. Comunidades imaginadas. **São Paulo: Companhia das Letras**, p. 12-32, 2008.
- BOAHEN, Albert Adu; GUEYE, M. 'Baye. Iniciativas e resistência africanas na África ocidental, 1880-1914. **História Geral da África**, VII: África sob dominação colonial. São Paulo: Cortez, 2011b.
- BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da História. In: **BENJAMIN, Walter. O Anjo da História**. São Paulo, 1880.
- CABRAL, Amílcar. Análise de alguns tipos de resistência. **(No Title)**, 1974.
- CURTO, Diogo Ramada; JERÓNIMO, Miguel Bandeira; DOMINGOS, Nuno. Nações e nacionalismos (a teoria, a história, a moral). **Tempo social**, v. 24, p. 33-58, 2012.
- FANON, Frantz. Em defesa da revolução africana. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1980.
- FILHO, Daniel A. et. al. O Século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. Vol. 3. Pp. 35-64
- FONSECA, Mariana Bracks. Rainha nzinga mbandi, imbangalas e portugueses: as guerras nos kilombos de Angola no século XVII. **Cadernos de Pesquisa do CDHIS**, v. 23, n. 2, 2010.
- GODOY, Guilherme Lassabia de - Colonização e descolonização: fundamentos da dominação Ocidental e perspectivas de transformação. In: *Rev. Sociologias Plurais*, v. 7, n. 1, p. 387-410, jan. 2021
- FANON, Frantz. Em defesa da revolução africana. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1980.
- GOMES, Patrícia Godinho. **Os fundamentos de uma nova sociedade: o P.A.I.G.C. e a luta armada na Guiné-Bissau (1963-1973)**. Torino: Editora © L'Harmattan Italia srl. 2010.

IBRAHIM, Hassan Ahmed. Iniciativas e resistência africanas no nordeste da África. **História Geral da África**, v. 7, p. 1880-1935, 2010.

JAUARA, Manuel. Os luso-africanos e etnorurais disputam o poder na Guiné-Bissau, África. **Revista do Centro de Estudos Africanos**, USP, São Paulo, 24-25-26: 119-145, 2002/2003/2004/2005.

LOPES, Filomeno. É possível construir outros paradigmas intelectuais para entrar e sair das universidades? **Revista Periferia**. Disponível em: <https://revistaperiferias.org/materia/e-possivel-construir-outro-paradigma-intelectual-para-entrar-e-sair-das-universidades-2/>. Acesso em: 03 jun. 2020.

LINHARES, Maria Yedda L. - Descolonização e Lutas de Libertação Nacional. In REIS LINHARES, Maria Yedda Leite. Descolonização e lutas de libertação nacional. **O século XX: o tempo das crises, revoluções, fascismos e guerras**. Rio de Janeiro: **Civilização Brasileira**, v. 2, p. 35-64, 2005.

MEMORIAL DA DEMOCRACIA. Senegal: Independência. Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/africa/sn>. Acesso em: 24 nov. 2023.

MONTEIRO, Artemisa, Odila Cande. **Guiné-Bissau: da luta armada à construção do estado nacional - conexões entre o discurso de unidade nacional e diversidade étnica (1959-1994)**. Universidade Federal da Bahia Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas Programa de pós-graduação em ciências sociais. Salvador. 2013. NAMONE, Dabana. A ANÁLISE CRÍTICA DA INFLUÊNCIA DO PROCESSO DAS INDEPENDÊNCIAS DAS COLÔNIAS PORTUGUESAS O CASO DE GUINÉ-BISSAU. **Sociologias Plurais**, v. 1, n. 2, 2013.

OLORUNTIMEHIN, B. Olantunji. A política e o nacionalismo africanos, 1919-1935. **África sob dominação colonial**, v. 1935, p. 657-673, 2010.

PORDENTRODAÁFRICA. Guiné-Conacri completa 58 anos de independência. Disponível em: <https://www.pordentrodaafrica.com/cultura/guine-conacri-completa-58-anos-de-independencia>. Acesso em: 24 nov. 2023.

SEMEDO, Rui Jorge da Conceição Gomes. **PAIGC: A face do monopartidarismo na Guiné-Bissau (1974-1990)**. Universidade Federal de São Carlos Centro da Educação e Ciências Humanas: São Carlos- SP, 2009.

SILVA, Flaviano Fernandes da. **Instituições políticas no semipresidencialismo: uma análise a partir da constituição da Guiné-Bissau e de Cabo Verde**. Tese (doutorado)- Universidade Federal do Paraná, setor de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Políticas, Curitiba, 2018. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1884/63820>. Acesso em: 03 jun. 2021.